Pobre não é gente, definem governantes

23/10/2017

Suponha que um alienígena desembarcou no Brasil nos últimos dias. Atento, buscou se orientar sobre o país pelo noticiário. Agora, enfrenta uma dúvida lancinante: pobre é gente? Analisando pelo aspecto físico, dificilmente haveria dúvidas: vive maltratado, mas é gente. Sob a perspectiva de sua inserção social, porém, haveria dúvidas: declarações e atitudes dos governantes do país lançam a suspeita de que pobre é, no mínimo, gente de segunda categoria, uma espécie de subgente.

Pra começar, o prefeito de São Paulo, João Dória, e o arcebispo da capital paulista, dom Odilo Scherer, disseram que pobre não tem hábito alimentar, pobre tem fome. Isso foi dito para defender a polêmica farinata, o composto granulado – já apelidado de "ração humana" – que o prefeito paulistano pretende distribuir para os pobres e os estudantes da rede pública.

Foi longo e tortuoso o caminho até o programa Bolsa Família: com ele, recebendo o benefício em espécie – dinheiro vivo – o pobre foi alçado à condição de cidadão. É que a distribuição de comida ou outros produtos constitui uma espécie de tutela do Estado sobre o pobre, que lhe nega o direito de escolha e, portanto, do usufruto pleno de sua cidadania.

A pitoresca farinata paulistana consiste numa flagrante regressão e, o que é pior, o discurso nega ao pobre até a condição de gente: afinal, que não tem hábito alimentar – e o direito a preferências – regrediu à condição de bicho, de animal, a quem se sacia conforme as conveniências e idiossincrasias dos seus proprietários ou tutores.

Escravidão

O repertório de dúvidas do nosso hipotético alienígena não se esgotaria aí: em desavergonhada barganha com os ruralistas, o mandatário de Tietê, Michel Temer (PMDB-SP), resolveu afrouxar os critérios sobre a fiscalização do trabalho escravo no país. Na prática, parte da população – os pobres, como sempre – poderão ser explorados à vontade em latifúndios longínquos porque ficou mais difícil caracterizar o crime.

A concertação com a turma do rebenque aconteceu para que a segunda denúncia que solicita investigação contra Michel Temer seja arquivada na Câmara dos Deputados. Noutras palavras, o mandatário de Tietê pretende condenar brasileiros humildes à escravidão apenas para se sustentar no cargo até o final do ano que vem.

Essas medidas se somam a um leque já vasto de atrocidades cometidas contra os brasileiros pobres. Aliás, as opções ideológicas do novo governo ficaram claras em discursos que antecederam a posse. À sombra do Estado – vaticina o emedebismo – só as patotas partidárias, os amigos empresários e parte da elite do funcionalismo com a qual o PMDB não deseja se indispor.

É claro que a situação política do país é imprevisível, não se sabendo o que vai acontecer mais adiante. Mas é evidente o desconforto da população com as medidas que a alvejam. Não serão versões manipuladas que vão reverter essa insatisfação no próximo ano, quando se venderá o Brasil como ilha de prosperidade graças ao mandatário de Tietê.

André Pomponet

LEIA MAIS

André Pomponet
A legislação sobre religião na
31/10/2017

André Pomponet
Economia popular se ajusta à
17/10/2017

André Pomponet
Homicídios mais que dobrar
Feira
16/10/2017

André Pomponet
"Intervenção militar" ganha te
político
09/10/2017

André Pomponet
PEC do Teto de Gastos alvej
05/10/2017

« Anterior Pr